



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS  
DEPARTAMENTO DE SAÚDE COLETIVA  
RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE MENTAL**



**“Ninguém sabe o quanto é difícil morrer aos poucos”: trajetórias de vida marcadas  
pela violência**

**VANESSA EDA PAZ LEITE**

CAMPINAS  
2020

**VANESSA EDA PAZ LEITE**

**“Ninguém sabe o quanto é difícil morrer aos poucos”: trajetórias de vida marcadas  
pela violência**

Trabalho de conclusão do curso de  
Residência Multiprofissional em Saúde  
Mental e Coletiva da Universidade  
Estadual de Campinas.

**Orientadora:** Profa. Dra. Rosana Teresa  
Onocko

CAMPINAS  
2020

## **RESUMO**

Este trabalho, que tem como título a frase de uma das usuárias que atendi durante os dois anos de experiência no Programa de Residência em Saúde Mental e Saúde Coletiva da Unicamp, parte da indignação diante das histórias de violência que tomei contato. Propomos iniciar a discussão levantando alguns aspectos macrossociais desse fenômeno. Nesse ponto, procuramos chamar atenção para a invisibilidade daquilo que Zizek (2005) nomeia como violência sistêmica. Em um segundo momento, a partir das contribuições da psicanálise, analisamos a violência em seu aspecto micropolítico e transgeracional. Para que possamos ilustrar aos leitores algumas situações reais que motivaram a escrita deste trabalho, utilizamos o recurso da escrita narrativa e do relato de experiência. Também abordamos o tema da violência presente nas próprias instituições que pretendem cuidar dessa população e buscamos mostrar que através de mecanismos sutis esses sujeitos são expulsos dos serviços de saúde, da escola, do trabalho e até mesmo da cidade, restando-lhes modos de sobrevivência precários e marginais. Por fim, chamamos atenção para a importância do ato clínico e político de resgatar a memória e ajudar esses sujeitos a produzir narrativas próprias acerca desses acontecimentos traumáticos.

**Palavras-chave:** violência; neoliberalismo; relatos de experiência; psicanálise.

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>5</b>
<b>1. “O que é um assalto a um banco comparado com a fundação de um banco?” – A violência invisível do capitalismo global.....</b>	<b>5</b>
<b>2. “São as palavras que suportam o mundo, não os ombros”: contribuições psicanalíticas.....</b>	<b>9</b>
<b>3. Sobre aqueles que não estão no mapa: relatos de experiência.....</b>	<b>12</b>
3.1 Narrativa.....	13
3.2 Grupo de contação de histórias infantis.....	21
<b>4. Por trás das cortinas da proteção: violência institucional.....</b>	<b>26</b>
<b>5. Considerações finais.....</b>	<b>32</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>34</b>

## **Introdução**

Tendo em vista meu percurso durante os dois anos de residência em instituições de saúde (CAPS i e Centro de Saúde) que atendem pessoas majoritariamente pobres, negras e marginalizadas e à luz daquilo que Coimbra (2001) nomeia como “ideologia das classes perigosas”, onde há uma relação ideológica direta entre pobreza e perigo - considerando que ela traz ameaças, doenças, violência, etc.; procuro, com o presente trabalho, propor uma reflexão sobre a atenção dispensada pelo Estado e suas instituições representativas - mais especificamente as da saúde – à essa população.

Como nos aponta Souza (2005), o “medo social” da suposta violência atribuída à essa população, tem gerado respostas cada vez mais penais, repressivas, violentas e simplificadoras por parte do Estado, como é o caso da criminalização da pobreza. Além disso, temos assistido o crescimento do aparato repressivo e da discursividade de ódio e extermínio dessa população tida como “perigosa”. Partindo desse pano de fundo, tenho por objetivo provocar uma reflexão sobre as diversas formas de violência dirigidas a essa população nos contextos institucionais, bem como os possíveis potenciais libertadores de nossas práticas.

### **1. “O que é um assalto a um banco comparado com a fundação de um banco?!” – A violência invisível do capitalismo global**

Os sofrimentos psíquicos vividos por nós na atualidade são multideterminados e se apresentam, em grande parte, por um modo de vida específico “que nos constitui como 'filhos de nossa época', um pouco como construtores, um pouco como alienados dessas determinações” (Souza, 2005, p.99). Nesse sentido, Žižek (2015) nos chama atenção para a invisibilidade diante dos efeitos nefastos provocados pelo capitalismo global, apontando a violência sistêmica como aquela que sustenta um certo estado das coisas percebido como normal. Assim, ainda que difícil de ser percebido, é preciso considerar as formas como o capitalismo, em especial na sua atual fase de desenvolvimento neoliberal, se manifesta violentamente ignorando preocupações humanas, além de determinar os destinos de uma grande parcela da população a partir da lógica das leis de mercado.

Na atual fase de desenvolvimento do capitalismo, acirrou-se a lógica de inclusão

---

1 Frase parafraseada de Brecht por Žižek (2015).

na exclusão social - tanto do ponto de vista econômico, aumentando a distância entre ricos e pobres, ao mesmo tempo em que se operam políticas sociais compensatórias -; quanto do ponto de vista ideológico, criminalizando os movimentos sociais e culpabilizando o indivíduo pela própria condição de pobreza (Guareschi, 2001). Nesse sentido, o que ocorre é que as políticas econômicas e sociais no neoliberalismo contribuem não para uma exclusão propriamente dita, mas para uma inclusão precária e marginal. Assim:

(...) no Brasil, políticas econômicas atuais, que poderiam chamar-se neoliberais, acabam por provocar, não políticas de exclusão e, sim, políticas de inclusão precária e marginal, ou seja, incluem pessoas nos (...) processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital. (Martins, 1997, p. 20 apud Véras, 2001, p. 39 – grifos do autor).

Desse modo, a ideia transmitida a partir dos pressupostos neoliberais é de que, assim como na natureza existem os predadores - e, por isso, os animais têm que lutar e competir pela sobrevivência - isso também acontece na economia, em que essa constante competição conseguiria selecionar os mais adaptados e eliminar, através da segregação e exclusão, aqueles que não se esforçam o suficiente.

Para Guareschi (2001), a competitividade de mercado gera processos de diferenciação social e econômica que constituem, paradoxalmente, formas de inclusão de pessoas que, por estarem à margem dos processos de produção e reprodução do capital, são presas fáceis de ideologias que promovem a dominação e o controle social, além de comporem um exército de reserva de desempregados afeitos ao rebaixamento das condições de empregabilidade. Dessa forma, entendemos esse fenômeno da inclusão/exclusão a partir da lógica da dialética, assim como proposto por Sawaia (2001):

A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico (Sawaia, 2001, p. 08).

A partir disso, entendemos que o avanço das políticas neoliberais acirra ainda

mais os discursos de competitividade, lei de mercado, Estado mínimo, necessidade de privatizações que se concretizam nas perversas parcerias público-privadas. Os efeitos dessas políticas, por sua vez, têm sido funestos para grande parte da população, que se vê diante do desemprego programado e da restrição do acesso a bens e serviços necessários à dignidade humana. É nesse sentido que afirmamos que essa população marginalizada, que é produto do próprio modo de produção capitalista, está incluída na condição de exército de reserva dentro da lógica promíscua das leis de mercado. Ou seja, dentro da lógica capitalista, serviços básicos são transformados em mercadoria e àqueles que não estão inseridos enquanto consumidores restam-lhes a inclusão por meio da miserabilidade. Segundo Coimbra (2000):

(...) milhões de pessoas estão sendo colocadas entre parênteses, por tempo indefinido, talvez sem outro limite a não ser a morte. Estas pessoas têm direitos apenas à miséria ou à ameaça mais ou menos próxima, à perda de um teto, à perda de toda consideração social e até mesmo de toda a auto-consideração. A marginalização impiedosa sobre os “excluídos do trabalho” responsabiliza os próprios desempregados pela perda e/ou dificuldade em conseguir alguma colocação no mercado. (...) ao contrário de excluídos, os miseráveis estão dentro da lógica perversa da sociedade de controle globalizado, ou seja, cada vez mais incluídos. (Coimbra, 2000, p. 145, 146).

Dessa maneira, a exclusão em uma sociedade de classes atua no sentido de manutenção da ordem social por meio de estratégias históricas de reprodução da própria pobreza, seja por meio da violência legitimada pelo próprio Estado, seja por meio do apartheid econômico, da segregação racial, etc.

Há, nesse sentido, uma violência fundamental presente nos pressupostos do capitalismo global que diz respeito tanto a criação de indivíduos excluídos (ou melhor, incluídos na lógica capitalista perversa da exclusão) e dispensáveis; quanto à violência presente no modo de sociabilidade capitalista, que produz subjetividades que culpabilizam o indivíduo pobre ou desviante pela própria condição de pobreza ou de “anormalidade”. Como aponta Euzébios Filho (2010), vale observar que a percepção de culpa não aparece apenas como um dado externo ao sujeito, mas que também pode compor a consciência de si mesmo – o indivíduo que se autoculpabiliza pela sua própria condição precária de vida. Tais processos, que são aqui compreendidos como ideológicos<sup>2</sup>, visam não apenas administrar a pobreza como a própria consciência

---

2 Ideologia aqui entendida como falseamento da realidade com base no materialmente dado, a partir da dimensão negativa material defendida por Marx (1989), segundo Guareschi (1998).

política, fazendo com que o sujeito se resigne diante da injustiça social, passando a crer que não há alternativas políticas ao sistema social e econômico vigente.

Partindo da lógica neoliberal, onde a noção de política se apresenta como ultrapassada, o que resta é a administração especializada e eficaz da vida, ou seja, uma administração objetiva, despolitizada, que toma o Estado como se fosse uma empresa e segue os pressupostos mercantis. Tal forma de governar, conduzida por expertises da administração é apontada por Zizek (2015) como um campo sem paixões, onde a única forma de causar mobilização na população seria através do medo, sendo este constitutivo de subjetividades e responsável por inúmeros quadros psicopatológicos na atualidade.

O medo descrito por Zizek (2015), por sua vez, é representado pelo medo do outro, dos imigrantes, da criminalidade, enfim. Manifesta-se, portanto, na subjetivação de uma multidão paranoica onde, nas palavras do autor, “o Outro está muito bem, mas só na medida em que a sua presença não seja intrusiva, na medida em que esse outro não seja realmente Outro” (p. 46). O medo espalha-se no tecido social de tal forma que vivemos desconfiados uns dos outros, tornando a articulação e convivência comunitárias cada vez mais escassas e o isolamento social mais frequente.

Diante do exposto, podemos dizer que a violência se manifesta de diversas formas, mas pretendemos chamar atenção, nesta discussão, para a violência cotidiana presente no modo de produção capitalista, uma vez que, no geral, tendemos a ficar perplexos diante de violências explícitas, como em assaltos, brigas, assassinatos, etc. Mas sequer reconhecemos as formas como o capitalismo atua na produção de subjetividades culpabilizantes, individualistas, paranoicas etc., que geram sofrimento. Assim, desconsideramos que são precisamente essas violências, que não aparecem aos nossos olhos de forma explícita, que sustentam um estado de coisas percebido como “normal” na sociedade atual, mas, apesar disso, não deixam de ser tão ou mais agressivas do que aquelas que percebemos.



## **2. “São as palavras que suportam o mundo, não os ombros”<sup>3</sup>: contribuições psicanalíticas**

Um aspecto das vivências de violências que tomamos contato e que nos chamou bastante atenção foi a falta de reconhecimento do sofrimento advindo dessas situações - tanto pela vítima, como pela sociedade de maneira geral - de modo que, nos atendimentos realizados com grande parte da população adulta foi possível perceber dificuldades em inscrever palavras, reconhecer e nomear os sofrimentos produzidos a partir dessas situações.

Também tivemos contato com crianças que desde muito cedo viveram diversas situações de violência, desde a privação de elementos básicos, como moradia, alimentação, escola, lazer, etc.; até aquelas que foram destituídas do poder familiar em decorrência de situações mais extremas. Nesses casos, a falta de reconhecimento sobre a dor subjetiva decorrente dessas situações gerava ainda mais sofrimento, uma vez que, sem lugar de legitimação pela sociedade como um todo, era difícil inscrever essas vivências em uma cadeia simbólica de significações. Assim, muitas vezes a tentativa de elaboração dessas vivências se dava através da repetição em ato, tornando a violência, desde muito cedo, marca de suas existências.

Segundo Eizirik (2006), a falta de simbolização de acontecimentos traumáticos pode ser um fator gerador de adoecimento psíquico, sendo o tratamento psicanalítico uma possibilidade de atuação na construção da integração psíquica e uma via para a representação simbólica desses eventos. Além disso, o autor destaca que essas dificuldades no processo de simbolização são frequentemente transmitidas através de gerações, podendo manifestar-se novamente em gerações futuras.

Ao nos referirmos ao fenômeno da violência, é preciso que consideremos também o campo daquilo que é nomeado como transgeracionalidade, sendo a mesma caracterizada pela transmissão geracional de uma herança psíquica, que é revivida por um indivíduo na atualidade, mas tem suas raízes em modos de funcionamento psíquicos precedentes ao seu próprio nascimento. Esse fenômeno refere-se a conteúdos mentais não integrados resultantes de vivências traumáticas, que foram dissociadas e não simbolizadas através de palavras (Silva, 2005).

Desse modo, afetos primitivos e não integrados advindos de vivências invasivas, às quais não puderam ser elaboradas, são transmitidos entre gerações e atuam como

---

3 Frase retirada do poema “De vulgari eloquentia”, de Paulo Henrique Britto.

intrusão violenta na representação de si (Eizirik, 2006). O conteúdo transmitido está sempre ligado, dessa forma, ao oco da representação, àquilo que sequer pode ser pensado, portanto, diz respeito a algo do insuportável, uma vez que, apesar de ser um conteúdo presente na vida psíquica do sujeito, há um impedimento de compreensão sobre sua natureza ou origem. “Pode-se dizer que o objeto incorporado não é transformado pela transmissão, mas transforma o indivíduo, adoecendo-o, estamos falando, então, de uma identificação mórbida, ou seja, aquela que é patológica” (Silva M., 2005, p. 345).

Há ainda que se considerar o plano social quando nos referimos à produção e reprodução da violência. Nesse sentido, temos assistido ao crescimento do aparato repressivo e da discursividade de ódio e extermínio da população pobre, negra e marginalizada, que é tida como “perigosa”.

Segundo Souza (2015) nos aponta, quando o Estado de Direito - que deveria ser capaz de sustentar um pacto social onde os interesses coletivos fossem prioritários em relação aos individuais - se perverte, ou seja, quando ao invés de controlar a violência, é o próprio Estado que a produz através de suas ações ou pelo fracasso das mesmas “a ideia de impunidade espalha-se pelo tecido social que infiltra o terreno das consciências individuais, generalizando-se numa descrença absoluta no poder do Direito e da Ética” (Souza, 2015, p. 89).

Sobre o assunto da violência, Birman (1994) nos aponta ainda que suas manifestações na atualidade pressupõem o não reconhecimento da alteridade do outro, sendo este encarado como objeto de predação e gozo. É, no entanto, a partir da possibilidade de representação simbólica que está a capacidade de se contrapor à necessidade de descarga direta das forças pulsionais agressivas, sendo a partir daí que se dá a abertura para que o sujeito se constitua não como um projeto acabado, enrijecido e determinado por forças brutas, mas como um vir-à-ser. Segundo o autor, quando a violência se torna estrutural e estruturante, ou seja, quando estamos inseridos em uma “cultura da violência”,

(...) a ordem social passa a naturalizar a convivência com a morte em estado bruto, com a fome em proporções aterradoras, com o abandono de crianças, com a pilhagem do outro para sempre levar a melhor, não nos inserimos mais no universo do reconhecimento recíproco (...) o que está em pauta é a possibilidade de aniquilamento, existindo de fato uma política de genocídio que se concentra evidentemente em certos

grupos e segmentos sociais, mas que tem efeitos abrangentes que perpassam a totalidade do espaço social e incidem nos pressupostos básicos da ordem simbólica” (Birman, 1994, p. 183 – 184)

A ética da violência que, segundo Birman (1994), se manifesta tanto no plano social, como da psicopatologia, é o que caracteriza o mal-estar socialmente produzido na atualidade. Sendo assim, esse modo de funcionamento violento pautado no não reconhecimento mútuo, toma lugar central nas chamadas psicopatologias contemporâneas, como são, por exemplo, os não raros casos de pessoas acometidas por pânico e depressão.

As experiências contemporâneas da violência se manifestam, assim, de diversas formas: através da degradação dos laços comunitários, da desconsideração da alteridade mútua - que gera também um medo mútuo de convivência entre as pessoas –, da degradação dos espaços públicos, da privatização da vida, do projeto eugênico para os indesejados socialmente, através da criminalização da pobreza e etc. Assim, os ataques – simbólicos e concretos – aos “dejetos sociais”, são também uma forma de tentar enfrentar o próprio medo da exclusão e da ausência de projetos (Souza, 2015).

Segundo Souza (2015), estamos inseridos em um modo de sociabilidade que pressupõe estilos de vida individualistas, onde o outro perde seu valor simbólico, tornando-se cada vez mais uma ameaça. Nesse sentido, a superação dessa condição seria essencial para romper com a violência cíclica vivida por nós nos tempos atuais. Segundo a autora, é preciso que pensemos a partir de análises e estratégias que articulem não só a dimensão macropolítica da violência, mas também sua perspectiva micropolítica – como os processos de simbolização, desejos, etc. –, uma vez que para trabalhar com essa temática não basta apenas considerar as representações conscientes, “é necessário descer até os espaços infinitesimais e micropolíticos da sociedade” (Souza, 2015, p. 15).

É partilhando das colocações da autora supracitada, portanto, que procuramos guiar nossa atuação e que também buscamos orientar as discussões do presente trabalho, sendo a partir da perspectiva transdisciplinar que interpretamos a temática da violência. Nesse sentido, entendemos que a pobreza, a violência urbana, a violência do Estado, etc., produzem trauma e contribuem para a transmissão de mais ódio e violência na sociedade e pelas gerações futuras, sendo necessário investimentos macropolíticos –

como em políticas públicas afirmativas que atuem no enfrentamento das desigualdades sociais, com efetiva distribuição de renda, melhoria das condições de vida, de educação e saúde da população – e micropolíticos, que se dão com intervenções no cotidiano das pessoas (Souza, 2015).

Assim, entendemos a intervenção com crianças e suas famílias - onde a transmissão do traumático não simbolizado se manifesta e reatualiza – de extrema importância, sendo a psicanálise uma relevante ferramenta clínica por nos fornecer uma visão profunda e crítica da cultura e da saúde mental. Nas palavras de Souza (2015, p. 15):

O apelo da psicanálise ao reconhecimento da alteridade, ao valor do desejo e da lei simbólica e sua capacidade de análise das situações de sofrimento decorrentes do embate entre o sujeito e a própria civilização podem nos ajudar a interromper os efeitos nefastos dessa “moção maligna” entre os homens e a processar outras respostas possíveis.

Desse modo, buscaremos, a seguir, relatar experiências com atendimento de crianças e adolescentes que ocorreram durante os dois anos de residência, de forma a nos ilustrar as manifestações macro e micropolíticas da violência, bem como possíveis formas de intervenção no âmbito do tratamento e prevenção de adoecimentos psíquicos decorrentes de situações de exposição a violência.

### **3. Sobre aqueles que não estão no mapa<sup>4</sup>: relatos de experiência**

*(...) Do rio que transborda, arrasta árvores e destrói casas,  
Diz-se que é violento. Mas não se fala da violência  
Das margens que o comprimem.  
(Bertold Brecht)*

Durante os dois anos na residência em saúde mental e saúde coletiva, tomei contato, através da atuação em dois equipamentos de saúde (CAPS ij e Centro de Saúde), com uma população majoritariamente pobre, negra e marginalizada, onde a violência em suas mais diversas manifestações se mostrou cotidiana e intrínseca na história de vida desses sujeitos, de modo que o meu espanto e indignação diante dessas histórias - marcadas por situações de extrema violência, que se manifestaram diante de mim por meio de falas, gritos, sofrimentos físicos, silêncio, enfim - me motivaram a escrever

---

<sup>4</sup> Em referência ao filme Bacurau.

esses relatos.

O primeiro é composto por uma narrativa fictícia escrita por mim, onde procuro reunir histórias de vida de algumas crianças e adolescentes que tive contato durante o primeiro ano de residência. Algumas cenas foram presenciadas por mim, outras foram contadas por diversos profissionais da rede intersetorial de assistência ou por outras residentes que também tiveram contato com essa realidade, e há também cenas que foram relatadas pelos próprios sujeitos em questão.

A segunda experiência relatada, refere-se à um grupo de contação de histórias infantis para crianças de um território ocupado na periferia da cidade de Campinas. Tal relato, diferente do anterior, não contém elementos fictícios, mas as identidades dos participantes foram preservadas.

### **3.1. Narrativa**

#### - Nota introdutória

Antes de iniciar essa narrativa, gostaria de deixar claro ao leitor desavisado que não a escrevo por qualquer dom, hábito artístico ou impulso criativo que me invade, como foi com Van Gogh, por exemplo, que da janela de um hospício conseguiu ver e criar o céu estrelado e turbulento. Nunca escancarei janelas em hospícios, sempre estive, pelo contrário, envolta da segurança científica que me trouxe até aqui. Passei muito tempo relutante em escrever essa narrativa, tentei antes descrever e teorizar sobre os pormenores das violências vividas pelos personagens em questão, mas nenhuma descrição fria e enfeitada com grandes teorias seria capaz de transmitir ao leitor o tamanho e sutileza dessas vivências em suas trajetórias de vida. Sinto-me, desse modo, vulnerável por arriscar adentrar terrenos tão novos e incapaz de fazê-lo de forma genuína, porque antes de mais nada, existe uma distância e uma aproximação, talvez incompreensível aos olhos do leitor, que me permite reconhecer em certa medida a realidade desses personagens, mas não consigo penetrar plenamente em seus mundos. É, afinal, “impossível conceber o sofrimento alheio se não o sofremos”, já dizia Graciliano Ramos, em Memórias do Cárcere. Narro, antes então, de um lugar de observadora participante que, no entanto, se indigna diante de tamanhas violências.

- Narrativa

*Era uma tarde de verão sufocante, cerca de seis pessoas representantes do Estado se reuniam em uma sala quente, com poucas janelas, nenhum ventilador. O ar era denso, as pessoas suavam um suor que cheirava mal, havia um incômodo no ar. Linda, uma mulher loira e muito bem vestida iniciou a discussão, enquanto se abanava com um leque: - Vocês já viram a casa dessa família? É macabra, escura, de noite deve até ter morcegos, parece uma caverna.*

*- E essa mãe? Como não escolheu pelo filho?*

*- Dizem que ela tem retardo mental!*

*- Que retardo mental, que nada! Essa aí é bem espertinha. Alguns vizinhos dizem até que ela já se prostituiu para comprar droga. – Falava Bianca de boca cheia, enquanto comia biscoitos e tomava café.*

*- E ela sempre fazendo aquela imagem de quem cuida, como se a gente já não soubesse que ela usava drogas e traficava.*

*- Nossa, eu não sabia dessas coisas. Por isso que eu gosto de discutir caso em reunião mais ampla, sou curioso e assim fico sabendo de tudo que acontece – Disse José, enxugando a testa pingando suor com um lenço amarelado.*

*Afastando-se de José e demonstrando certo nojo pela cena, Vera disse:*

*- E o pai? Vocês já conversaram com ele pessoalmente? Parece um monstro!*

*- Agora eu entendo porque esse menino Isaque é assim. Na escola ele parece um animal. É um delinquente, um marginal. Ele não tem condições de conviver com outras crianças normais. – Dizia o diretor da escola com suor por toda a sua grande barriga, deixando transparecê-la através de sua camisa branca encharcada.*

*O ar daquela sala escura parecia ficar cada vez mais denso e insólito. Ao fundo, uma voz tímida questionou:*

*- Precisamos nos aproximar mais da família e de Isaque. Tudo o que temos são especulações. Só nos aproximando e escutando de verdade o que cada um deles tem a dizer sobre sua própria história é que saberemos se há possibilidade de retorno da criança para a família e como podemos ajuda-los para que isso aconteça.*

*- Retorno para a família? Com uma mãe drogada e um pai alcoolista? Isso está fora de cogitação! – Disse Alice, com um olhar cansado e abandonando-se com um caderno.*

*Enquanto tirava os restos do biscoito integral com um palito de dentes, Bianca*

*interrompe: - Aliás, é até melhor que ele vá para o abrigo Vivendo Feliz, assim ele fica em um lugar seguro e com regras mais rígidas para que ele aprenda a se comportar.*

*- Na hipótese de que um dia Isaque retorne para a família, isso só aconteceria se todos os abrigos e rede intersetorial que atendem a criança fizessem um relatório favorável e acredito que isso deva ser muito gradual, até porque, não sabemos como essa família vai se relacionar entre si. – Disse o burocrata de testa franzida e marcada pela velhice.*

*- Não sabemos como eles vão se relacionar e nem saberemos nas condições que estão dadas, porque não é permitido sequer que os pais vejam Isaque.*

*- Mas como vamos fazer um relatório favorável a visita dos pais se temos tantos elementos que nos comprovam que o afastamento da família é a melhor opção?*

*- E a escola? Precisamos pensar ao menos no retorno para a escola.*

*- Vocês falam em retorno para a escola, mas não dão sequer um medicamento para acalmar esse menino. Não podemos lidar com um animal!*

*Todos naquele ambiente se detestavam mutuamente, quando havia um inimigo em comum era mais fácil o diálogo, mas bastava que um questionasse as certezas dos outros para que a sala, já insólita, se tornasse inabitável. Foi assim que Isaque e sua família foram condenados moralmente antes mesmo que tivesse havido uma condenação jurídico-formal sobre a guarda do menino e isso mudou todo o rumo da história de nosso inconveniente personagem.*

*Eunice crescera numa família pobre, é negra, viveu desde muito pequena na casa de uma tia em São Paulo. Sua infância foi difícil, sempre apanhou muito de seu tio. Quando ainda muito jovem, achava que a vida tinha pouco a lhe oferecer, pensava em seu futuro e sentia como se estivesse diante de um grande deserto, sozinha, como se nada nem ninguém a aguardasse, sentia-se desajustada, como se ela não tivesse sido feita para a vida e a vida nada tivesse a oferece-la. Em meio a esse vazio, Eunice encontrou nos entorpecentes uma energia para viver que foi quase como uma última tentativa. Mas logo foi tomada de surpresa pela sua primeira gravidez e com ela uma esperança no futuro que fez com que ela ressignificasse a própria existência.*

*Hoje em dia, Eunice se sente conformada. É mulher de parca palavra, não reclama nem mesmo quando a tratam mal, já está acostumada com maus tratos da família, da polícia, do preconceito, dos subempregos, enfim...nunca se queixou por esperar mais de cinco horas por um atendimento médico, acha que a vida é assim e já a*

*ensinou que a revolta não é a melhor escolha.*

*João é homem simples, também de família pobre, não é muito de conversa, se irrita com certa facilidade e, quando exaltado, costuma falar muito alto, não hesita em reivindicar seus direitos, muito embora essa reivindicação seja quase sempre em tom de queixas individuais, o que não lhe rende muita credibilidade perante os outros, pelo contrário, o taxam de desequilibrado, louco, violento. João tem dificuldades em falar e pensar sobre seus sentimentos, o que de forma alguma o isenta de perceber em si uma dor e um peso que ele apenas sente, mas não é capaz de explicá-los. Desde muito jovem o álcool se tornou seu acalanto para enfrentar o peso de ser quem ele era e levar sua vida. Quando moço, imaginava como seria ser outro, viver como um outro qualquer, isso lhe trazia certa paz, pois lhe parecia mais fácil a ter que enfrentar sua própria vida. Esse era quase como um exercício delirante que ele gostava de fazer.*

*Eunice e João são os pais de Isaque. Na época em que ela engravidou, manteve o uso de entorpecentes e até intensificou; a gravidez não foi desejada e ela passou bons meses acreditando que dessa vez seu anjo da guarda não a deixaria na mão e assim rezava desejando um aborto espontâneo, pois também não se imaginava fazendo algo assim propositalmente, além do quê, todas as opções lhe pareciam muito arriscadas. Mas, como o leitor já deve prever, Eunice não tinha anjo da guarda e a maternidade foi se tornando cada dia mais uma realidade. Apesar disso, ela aprendeu com a vida a adaptar-se, e ela era tão boa nisso que aos poucos passou a gostar desse acidente, não só gostar, mas amar genuinamente, algo que ela nunca imaginara sentir antes.*

*Ainda que Eunice não fizesse mais uso de grande parte dos entorpecentes de que gostava, ela e João ainda mantinham boas relações com o tráfico local, o que era condição essencial para levar uma vida tranquila no bairro onde moravam. Certa vez, os traficantes pediram que o casal guardasse algumas armas, pois estavam sendo perseguidos pela polícia. Eunice e João não concordaram com a proposta, mas também tinham medo de negar, o que os fez aceitar o pedido. Isso durou cerca de um mês, até que no dia do aniversário de oito anos de Isaque, por causa de uma denúncia anônima, a polícia invadiu a casa da família, quebrou objetos, agrediu João, revirou tudo e, finalmente, encontrou as armas. Eunice e João foram condenados e presos por cinco anos, e Isaque iniciou sua trajetória nos abrigos da cidade.*

*Voltemos agora ao nosso inconveniente menino Isaque, porque afinal, sem ele*



*essa história não existiria. Eu, como sou hoje, não existiria, tanta coisa sem ele não faria sentido algum! Ao mesmo tempo, é curioso pensar que embora ele seja o personagem principal de toda essa trama, sua presença continua sendo um grande inconveniente, e mesmo que tudo isso só exista porque ele existe, nada disso é feito para ele.*

*Isaque tem dezesseis anos e, atualmente, após ter percorrido todos os abrigos da cidade, está morando no Vivendo Feliz. Depois de muitos anos ouvindo as histórias que as instituições foram contando sobre seu próprio passado e de sua família, ele as internalizou e passou a confundir sua memória original com as cenas que foram sendo criadas em sua imaginação. Nesse tempo de institucionalização ouviu dizer que sua mãe tinha retardo mental, era prostituta, viciada em crack, que seu pai era alcoolista, batia em Eunice e pegava parte do dinheiro que ela recebia com a prostituição. Quando o casal saiu da prisão não tinham nem paradeiro de Isaque, tentaram encontra-lo, mas muitas informações também foram negadas a eles, pois os relatórios dos ditos “especialistas” apontavam que a convivência com os pais seria má influência, ainda mais considerando as tendências já antissociais e agressivas de Isaque.*

*“Sobrei e não há lugar para mim na terra dos homens”<sup>5</sup>, era o que Isaque pensava frequentemente. Por onde ele andava, sentia-se como um estranho, um desajustado, não se encaixava na escola, nos abrigos e nem em qualquer outra instituição. Sentia como se o mundo o cuspsse para fora de tudo, por isso já se acostumara com despedidas<sup>6</sup>. Os lugares e pessoas eram tão passageiros que não se permitia mais gostar e confiar em ninguém, preferia defender-se do abandono.*

*A questão do nosso protagonista, no entanto, não se encerra na sua dificuldade em adaptar-se, afinal, como se adaptar a um mundo onde nada é feito para ele? De manhã ele acordava tarde demais para o café, não podia escolher o que comeria no almoço e nem em nenhuma outra refeição, na decisão sobre as compras mensais da casa ele também não podia opinar, nem seu próprio shampoo era objeto de escolha. Certa vez, alguém elogiou seus cachos avermelhados e lhe perguntou qual era o melhor shampoo para aquele tipo de cabelo, mas ele mal sabia qual era realmente o tipo de seu cabelo, nunca havia pensado sobre isso, apenas sabia que usava o shampoo que*

---

<sup>5</sup> Trecho retirado do livro A Hora da Estrela, de Clarice Lispector

<sup>6</sup> Em referência ao poema Diga-me meu pai, de Fernanda Paz. Acessado em:

*todos os outros usavam no abrigo.*

*As regras de todas as instituições que o cercavam eram rígidas demais e não pareciam servir-lhe. Teve um tempo que Isaque aceitou que não retornaria mais para sua família e em meio a todo o desconforto e desalento gerado por essa percepção, ele decidiu que daquele dia em diante, ele seria responsável pela sua própria felicidade e foi assim que pensou em arrumar seu quarto para finalmente sentir que existia um espaço seu e tinha para onde voltar. Combinou com seu colega de quarto de colocarem alguns quadros e quiseram enfeitar também com tapetes e pintar as paredes, mas logo foram repreendidos antes mesmo que iniciassem suas ações. Os profissionais do abrigo disseram que o juiz responsável pela fiscalização não permitia, porque dizia que se os espaços fossem decorados e representassem suas personalidades eles não iriam querer ir embora nunca.*

*Quando saía a noite para jogar bola precisava ficar muito atento no horário de volta para casa, pois caso se atrasasse era castigado. Houve um dia em que ele perdeu a hora. Quando se deu conta do atraso, quase entrou em pânico, pois só de pensar em lavar o banheiro sozinho - castigo que era frequentemente aplicado no abrigo - já lhe dava desespero. Quando chegou, porém, se acalmou pensando que o motivo do atraso era tão bobo que nada poderia acontecer-lhe. Porém, só o deixaram entrar depois de passar por uma revista vergonhosa e violenta de policiais.*

*Isaque começou a perceber que independente do que ele fizesse, sempre seria tratado como criminoso nos lugares por onde passava. “Ele nascera com maus antecedentes e agora parecia um filho de não-sei-o-quê com ar de se desculpar por ocupar espaço”<sup>7</sup>. Por um tempo chegou a se questionar sobre como poderia se livrar dessa herança maldita, mas depois deixou de se perguntar; nem queria mais saber porque o tratavam assim e não saber fazia parte importante de sua vida.*

*O menino era um sozinho no mundo mas, às vezes, quando queria se iludir, buscava acolhimento em outras instituições ditas “protetivas”. Acontece que ele não tinha o hábito de falar de si, até porque quase não se sentia humano e também não tinha consciência sobre seus sentimentos. Diante do incômodo sofrimento, ele comunicava sua dor buscando fazer com que os outros a sentissem em suas próprias carnes. Certo dia, muito angustiado por mais uma vez não se encaixar no contexto escolar e ter sido expulso da escola, foi até a instituição onde tinha atendimentos*

---

<sup>7</sup> Trecho retirado do livro *A Hora da Estrela*, de Clarice Lispector.

*psicológicos e passou a arremessar objetos nas pessoas, agrediu outras crianças, alguns funcionários, quebrou vidros e quando conseguiu verbalizar algo, disse:*

*- Vocês são um bando de bosta, esse lixo de lugar!!! Profissionais de merda são o que vocês são!!! Vão todos tomar no cu, seus filhos da puta!!!*

*Diante daquele ambiente revirado e estilhaçado, que muito se assemelhava com a cena de invasão dos policiais vivida por ele em sua infância, o clima de medo e insegurança de tempos remotos se repetia, mas dessa vez era ele quem controlava a destruição. Os batimentos cardíacos dos que estavam envolvidos na cena eram acelerados, os profissionais se amontoavam em cima de Isaque e se olhavam mutuamente, como se fossem caçadores e estivessem se preparando para enjaular uma fera:*

*- O que ele está fazendo aqui? Não é dia do PTS dele. – cochichava Jessica com medo*

*- Justo no dia da minha convivência isso foi acontecer – resmungava Gabriel enfurecido por ter que trabalhar em sua hora de almoço*

*Chamando uma colega de canto e já sem paciência diante da cena que se repetia novamente em sua frente, Claudia dizia:*

*- Ele acha que só ele tem problemas né! Todo mundo tem e não é assim que a gente lida.*

*- Vamos chamar a guarda se você continuar assim! – Concluiu Cássio em voz alta*

*Isaque ia ficando cada vez mais enfurecido. Não conseguia dizer o que estava sentindo e toda aquela destruição parecia comunicar apenas o aparente àqueles que ele queria atingir, mas tudo o que ele dizia ou fazia revelavam, na verdade, o que sentia pertencer a si mesmo. A destruição do ambiente era mais uma demonstração de seu próprio interior devastado. Tudo o que ele procurava era quem pudesse escutá-lo, recolher os cacos e manter o ambiente seguro, mas o medo provocado nas pessoas só possibilitava com que o enxergassem como um selvagem:*

*- Você precisa ir embora agora! – Gritava Gabriel com um lampejo de coragem e fazendo movimento de encurralar ainda mais Isaque*

*- Vai embora ou vamos chamar a guarda! – Interrompia outra voz encorajada.*

*Aproximando-se cada vez mais do menino, outros profissionais diziam:*

*- Sim, vamos chamar!*

*- É isso então, equipe, vamos chamar a guarda? – Repetia Viviane.*

*Entre ameaças e olhares condenadores, a ideia de que era mesmo um inconveniente se confirmava mais uma vez, afinal, não era só ele que pensava assim. Com todos os portões escancarados, Isaque estava quase sendo jogado para fora, quando decidiu mais uma vez resistir e reivindicar um lugar de escuta:*

*-Vocês vão chamar a guarda? Então chamem logo essa merda!!! Eu não vou embora!!! – Gritava enquanto quebrava mais um vidro com as mãos ensanguentadas e chorando em desespero.*

*- Fala o que está acontecendo com você, Isaque. – Dizia Clara angustiada com a cena*

*- Vai embora antes que eu soque a sua cara!!! – Gritava Isaque aos prantos.*

*- Quer tomar um remédio para se acalmar? – Tentou Gabriel em tom mais paciente.*

*- NÃO!!! – Dizia enquanto socava a parede, deixando marcas de sangue.*

*Todas aquelas vozes o enfureciam cada vez mais. O menino era pouco compreendido e até onde havia especialistas para tratar de sua agressividade e dar lugar de fala e manifestação de suas angústias, não conseguiam responder a ele sem que se identificassem sobremaneira com aquela dor transbordante. Assim, respondiam à Isaque como se ele ocupasse o lugar daquele que carrega certa periculosidade, o que gerava uma necessidade de se defenderem daquilo que para muitos era insuportável. Sua presença inquieta era tão totalizante que as pessoas ao redor se confundiam a si mesmas e seus sentimentos com aquela dor crua e invasiva que ele manifestava. Era difícil não se sentirem atacados e ofendidos com esses rompantes. Na verdade, a dor do menino era tanta, tão primária e primordial, que por mais que houvessem especialistas, no contexto caótico de sua vida e sem a possibilidade de uma escuta que permitisse com que ele ocupasse outro lugar que não só o de violência e destruição, pouco ou quase nada se fazia além de viver a repetição e reafirmação do lugar de perigoso que ocupara até então.*

*No fundo, Isaque conseguia comunicar sua dor a seu próprio modo, mas essa era só mais uma forma de vivenciar repetidas vezes a rejeição e violência que ele sempre vivera e que eram causas de tanto sofrimento. Quando chamavam a guarda ou a polícia para conte-lo, ele tinha medo de ter de carregar mais uma tonelada de B.O., dentre os vários outros registrados contra ele. Sem lugar no mundo e duvidando de sua própria humanidade, questionava-se: “Sou um monstro ou isto é ser uma pessoa?”<sup>8</sup>*

*Isaque estava, no entanto, vivo e tinha esperança, apesar de já ter percorrido*

---

<sup>8</sup> Trecho retirado do livro *A Hora da Estrela*, de Clarice Lispector.

*terrenos tão inférteis. Ele era como uma flor que insiste em romper o asfalto, delicado e forte ao mesmo tempo. A raiva e agressividade que carregava consigo eram a força que não permitia com que desistisse de si e continuasse tentando apesar das faltas de lugar, de escuta, de acolhimento, de políticas sociais. Ele era, antes, resistência, resiliência e sua agressividade não era vã, era, pelo contrário, revolucionária. Foi enxergando Isaque com esse olhar que eu pude suportar algumas larvas que ele tinha a me oferecer a princípio e que me proporcionaram o privilégio de conhecer um dia as borboletas que ele carregava consigo. Desde então posso dizer que sua existência transformou a minha própria e me ensinou a resistir e ter fé na vida (apesar de...).*

### **3.2. Grupo de contação de histórias infantis**

Quando iniciei o estágio do segundo ano de residência no Centro de Saúde, passei os primeiros meses tentando conhecer as demandas do território e, à princípio, fui respondendo ao que a equipe solicitava e entendia como sendo o papel do psicólogo na atenção básica, que era realizar atendimentos individuais de psicoterapia. Algo nessa prática me incomodava diante do contexto onde era colocada, uma vez que muitas vezes os usuários chegavam para atendimento sem sequer entender os motivos dos encaminhamentos. Além disso, muitos entre eles, apesar do sofrimento, não conseguiam colocar em palavras aquilo que sentiam, ou não queriam, dizendo preferir continuar tomando remédios para dormir, pois pensar não era tarefa fácil e nem desejada por eles.

Certo dia, alguns estudantes de medicina foram até o centro de saúde para realizar uma campanha contra o trabalho infantil, colando cartazes e fazendo algumas atividades. Rosi – uma das agentes de saúde – no entanto, indignou-se com tal atitude, que para ela pareceu descontextualizada diante da realidade vivida pela população do território. Assim, iniciou-se um debate entre a agente de saúde e aqueles que representavam a universidade. Rosi dizia que quando um adolescente daquela região conseguia um emprego era quase como uma dádiva, afinal, nessa fase, a maioria já precisava ajudar na renda familiar e acabava envolvendo-se com o tráfico e, no caso das mulheres, muitas já estavam em situação de prostituição, ou já eram mães, o que inviabiliza que permanecessem sem nenhuma fonte de renda própria. Ciente dessa discussão, eu me aproximei de Rosi que, indignada, me falava dos “brancos da universidade que vêm aqui e querem impor uma verdade que só cabe no mundo deles”.

Durante essa conversa, Rosi me contou que no território de sua abrangência, adolescentes com 12 anos frequentemente já eram pais e mães, relatando sobre o caso de um rapaz de 19 anos que não sabia ler nem escrever - assim como a maioria dos que ali viviam – e que quando ele precisa saber a data de seu nascimento por alguma questão burocrática, ele ia até o centro de saúde e pedia a Rosi que ela o dissesse. Segundo ela, esse rapaz já tinha três filhos e essa era a felicidade de sua vida, sendo os filhos a comprovação de sua própria existência, algo feito por ele e que ele deixaria para o mundo. Durante essa conversa, fiquei imaginando como seria a vida subjetiva de alguém que nunca comemorou o próprio nascimento e que sequer sabe ao certo quantos anos tem. Como seria ser subjetivado como alguém que desconhece parte importante daquilo que o constitui como sujeito? Essa pergunta ficou em minha mente enquanto Rosi continuava dizendo sobre aquele território, próximo da linha do trem, onde crianças morriam brincando, sem que os pais as vissem, território fora do mapa, composto por aquilo que muitos chamavam de invasão, mas que eu prefiro entender como ocupação.

Combinei com Rosi que eu iria até o território fazer visitas semanais com ela, pois, cansada de atender as demandas entendidas pelos profissionais da equipe como prioritárias, entendi que minha atuação só faria sentido a partir do momento que eu pudesse ouvir quem mais necessita de atenção e, a partir disso, pudesse pautar minha prática. Passadas algumas semanas e conversando com os moradores, que eram na maioria mães e pais, percebi uma preocupação com as crianças, tanto em relação as questões escolares - uma vez que a maioria entre eles, apesar de estarem inseridos na escola, não eram alfabetizados – quanto em relação ao lazer, que era escasso. Segundo os moradores que fui escutando, parte das crianças que ali viviam não tinham vagas em instituições de contra turno escolar da assistência, permanecendo um turno do dia assistindo televisão, apenas. Quando sugeri um grupo de crianças no território, os pais apoiaram e indicaram que o período da manhã seria o melhor, tendo em vista que a maioria das crianças estudava de tarde. Assim o grupo se iniciou.

À princípio, fomos apenas eu e Rosi, colocamos uma caixa de som com algumas músicas para chamar atenção das crianças, começamos a encher algumas bexigas e, com uma lona doada por uma das moradoras, a estendemos no chão, debaixo de uma árvore, para nos sentarmos. Aos poucos as crianças foram se aproximando, dizendo: “tia, posso

encher a bexiga também?”, “Eu conheço essa música, olha só” e começavam a cantar. Em 10 minutos, no primeiro dia de grupo, já contávamos com cerca de 10 crianças entre 4 e 11 anos de idade, que nos perguntavam: “tia, o que tem aí?”, apontando para nossa bolsa transparente com jogos, livros, lápis de cor e etc. Sentadas no chão de terra, debaixo da árvore com as crianças por quase duas horas, eu e Rosi saímos de lá com terra vermelha por todo o corpo, assim como a maior parte das famílias que vivem na região. Ao chegar no centro de saúde, percebi minhas pegadas marrons-avermelhadas que marcavam o branco pálido daquele ambiente asséptico e me davam a pista de uma marca da exclusão que as pessoas que eu acabara de encontrar viviam cotidianamente.

A partir daí começamos a ir semanalmente para o território, a princípio, sem muitas propostas estruturadas, apenas levávamos alguns brinquedos e tentávamos entender como se dava a relação das crianças com as atividades propostas. Algo que chamou atenção nos primeiros encontros foi que algumas crianças pareciam nos olhar como quem diz: “Vocês trouxeram esses brinquedos para cá, mas o que eu faço com isso?” O brincar não parecia um pressuposto para aquelas crianças. Seus olhares soberbos quase sempre miravam o chão. Certa vez, quando fizemos uma roda de apresentação, nos dirigimos a A., para perguntar seu nome e sua idade, ela logo se apressou e disse: “Não sei”. Não saber parecia ser a resposta certa quase sempre para ela e muitos outros ali.

Levando em conta a necessidade de conhecer melhor a história de vida dessas crianças, propus que começássemos a levar histórias infantis, para que, a partir do lúdico e de uma possível identificação com os personagens fictícios, pudéssemos falar também sobre eles, seus sentimentos, suas vivências, enfim. À princípio nos pareceu bastante desafiador, uma vez que o número de crianças foi aumentando (cerca de 25 crianças participaram do grupo durante o ano) e as faixas etárias eram bastante distintas, mas ainda assim resolvemos tentar. Começamos levando o livro *Flicts* para ler com eles. Entre muitos olhares dispersos e conversas entre os participantes, também pudemos notar olhares atentos e interessados. Aos poucos, as crianças foram se identificando com o personagem *Flicts* da história: uma cor que não existia na caixa de lápis de cor e nem no arco-íris. Era rejeitada pelas outras cores e não se encaixava em lugar nenhum. Assim, as crianças foram dizendo que elas também já foram rejeitadas no recreio da escola e passaram a procurar a cor *Flicts* ao nosso redor. De repente, uma voz

empolgada gritou: “Tia, aqui ó: é Flicts!!!” – Dizia D., apontando para o chão de terra avermelhada. De fato, o chão, o lugar, aquelas casas, as pessoas dali, enfim...aquele território era Flicts. A marca da exclusão e da marginalidade, fez-se então mais uma vez presente diante de mim.

A partir de então, frequentemente liamos histórias para as crianças e elas também foram levando livros que gostariam de ler. Certa vez, L. chegou com a história de João e Maria e quando iniciamos a contação, diversas crianças se identificaram com os personagens principais, passando a relatar sobre castigos que já haviam sofrido, como quando A. foi castigada por ter ficado muito tempo no banho. Muitas crianças também disseram já ter ficado dias sem comer, assim como João e Maria, por falta de alimentos em casa. Assim, cenas de violência foram aparecendo cada vez mais e no grupo procuramos dar lugar de fala e reconhecimento da dor vivida por eles.

Temas como a morte, o luto e a tristeza também apareceram quando lemos o livro Sentimentos para eles. Nesse dia, eles falaram sobre seus próprios sentimentos, D. falou sobre a morte do irmão no trilho do trem e sobre a tristeza que ele e sua família sentem até hoje. N. também falou sobre a morte da avó e do tio e J. disse da falta que o pai que está preso faz e como isso a deixa triste. À princípio, as crianças pareciam estar mais preocupadas em falar sobre seus sentimentos e não prestavam muita atenção no que os outros diziam, mas com o tempo notamos haver uma empatia entre os participantes, que passaram a escutar e se identificavam com as falas uns dos outros.

Aos poucos, as crianças foram desenvolvendo mais confiança no grupo e começaram a trazer questões pessoais. D. sempre sentava ao meu lado tentando aprender o alfabeto e como se escrevia algumas palavras. Em muitos momentos ele dizia: “sou burro, não consigo”, procurava conversar comigo, questionando-se: “por que ninguém quer ser meu amigo?”. D. se envolvia em muitas brigas, mas essa parecia uma forma que ele encontrava de ser visto e reconhecido pelo outro. Quando ele percebeu, no entanto, que não era preciso toda aquela violência para que eu estivesse a seu lado, ele passou a ajudar nas atividades e me chamava para conversar, muitas vezes pedindo que eu o levasse para o trabalho comigo e não o deixasse sozinho por ali.

Muitas cenas de violência foram relatadas pelos participantes, seja em momentos grupais ou quando nos chamavam individualmente. Notamos, com o grupo, que faltava o olhar significativo de um adulto, de nomeação e interpretação das vivências de



violência presentes em suas histórias de vida, com intuito de dar lugar para a representação simbólica que, de outra maneira, muitos colocavam em ato através de sintomas, como agressividade, choro frequente sem causa aparente, hiperatividade, etc., que apareceram nos encontros que tivemos.

Presenciamos uma cena que nos parece ilustrar bem o quanto o reconhecimento de um sofrimento e a nomeação do mesmo pôde ser terapêutico. S. chegou para o grupo muito quieta, não quis envolver-se em nenhuma atividade e quando questionada sobre como estava se sentindo e se podíamos ajudá-la, ela não queria conversa. Em certa altura, ela passou a desenhar, sem conversar com os demais e ainda muito quieta. Eu me aproximei para ver seu desenho, que era de um dia chuvoso, e disse a ela: “Você resolveu desenhar um dia de chuva, apesar do dia hoje estar tão ensolarado. Será que o dia está chuvoso aí dentro de você?”, S. começou a chorar e disse que seu cachorro havia morrido por envenenamento e que sua mãe o colocou dentro de um saco de lixo e jogou fora. Conversamos sobre a necessidade que ela tinha de enterrar o cachorro, o quanto isso tinha um significado simbólico para ela. Ela disse que estava se sentindo muito triste e que não tinha tido ninguém para conversar até então. Falamos sobre o quanto é triste quando perdemos algo que amamos e pude legitimar sua dor. Depois dessa conversa, S. parecia mais aliviada e voltou a rir e brincar com as outras crianças, como nos encontros anteriores.

Outro aspecto do grupo que nos chamou atenção foi a falta de interação das crianças entre si. Apesar de serem vizinhas, muitas só se conheciam de vista, pois os pais não as deixavam brincar entre si. Na conversa com alguns pais eles diziam da relação com os vizinhos, referindo que ali não podiam confiar em ninguém. Assim, foi possível notar que, embora vivam situações de vida muito semelhantes, a desconfiança mútua torna o isolamento social marca bastante presente no cotidiano daqueles sujeitos.

A partir dessa experiência, pudemos notar o quanto a violência em suas diversas manifestações era parte constituinte da história de vida das crianças daquele território, assim como também fazia parte da história de seus familiares, sendo uma marca presente entre as gerações e, no contato com as crianças, víamos esse fenômeno se repetir e atuar, inclusive, na forma como aqueles sujeitos eram subjetivados. Assim, através do atendimento em grupo, situações de violência foram expostas pelos participantes, sendo possível colocar o exercício da escuta mútua e da palavra dirigida a

um outro em cena, aumentando, dessa forma, a capacidade de identificação dos sujeitos entre si, de tolerância das diferenças e de elaboração simbólica de experiências traumáticas.

#### **4. Por trás das cortinas da proteção: violência institucional**

A violência na vida dos sujeitos com os quais tomamos contato durante os dois anos de residência manifesta-se cotidianamente e espalha-se por muitos âmbitos de suas vidas, sendo reproduzida também dentro dos equipamentos de saúde e assistência que pretendem cuidar dessa população.

Desse modo, no que diz respeito aos equipamentos da assistência social, foi possível notar que os serviços de acolhimento institucional às crianças e adolescentes têm dificuldade de realizar ações que seriam centrais ao objetivo de seu trabalho, como é o caso da reintegração familiar e comunitária dessas crianças e adolescentes. Há instituições que se localizam geograficamente muito distantes dos territórios onde as crianças e adolescentes viviam antes do abrigo, o que impossibilita o convívio familiar, uma vez que, de modo geral, faltam recursos financeiros para o transporte dos familiares e não há, nesse contexto, esforços das instituições para que esse encontro seja viabilizado. (Soares, 2012). Nos casos em que tomamos contato, não só não haviam esforços por parte de algumas instituições, como também colocavam barreiras, marcando, por exemplo, outras atividades para a criança no dia da visita familiar.

A distância de uma das instituições que tivemos contato se colocava como um grande impedimento de convívio, não só familiar, mas comunitário também, além de dificultar a construção de autonomia, uma vez que não havia ônibus circular que chegasse até lá, inviabilizando a circulação livre dos usuários do serviço pela cidade. Essa barreira existente entre a instituição e o restante da sociedade, ainda que não funcione em esquema de internação e isolamento total, se apresenta como um grande impedimento de contato com a família e a comunidade, de modo que até mesmo os atendimentos realizados no CAPS a essas crianças eram dificultados, porque dependiam dos horários de transporte estabelecidos pela instituição.

Outro aspecto que chama atenção nos serviços de acolhimento institucional da cidade - e mais especialmente no mencionado acima - é a falta de espaços para construção de decisões democráticas entre aqueles que ali vivem. Há, nesse sentido,

uma separação nítida entre aqueles que compõem o quadro de profissionais e os que estão institucionalizados. Os horários das atividades e decisões sobre regras, compras e até mesmo sobre o lazer são decididas de forma vertical e comunicada àqueles que mais importam, que são as crianças e adolescentes.

Segundo Goffman (1961), as tendências de “fechamento” da instituição representadas pela barreira física, por suas regras rígidas em relação ao convívio com o restante da sociedade e a divisão nítida entre equipe dirigente e aqueles que estão institucionalizados, são algumas características das chamadas instituições totais. Segundo o autor, a vida nessas instituições pode gerar sentimentos de inferioridade, fraqueza e culpa. Além disso, a falta de controle sobre as decisões que são tomadas e afetam diretamente suas vidas, lhes retira parte importante de sua autonomia, podendo se constituir como uma forma de mortificação do eu.

Levando em consideração a conjugação de tais fatores, podemos dizer que eles contribuem para que a instituição seja vista como lugar sem saída, onde aqueles que ali se encontram são fracassados, incapazes e perigosos, reforçando assim o estigma social vivenciado por esses sujeitos, além de contribuir para o desenvolvimento de intenso sofrimento psíquico. Segundo Soares (2012):

As experiências de acolhimento institucional, além de não corresponderem às prerrogativas de proteção, podem favorecer a construção de “identidades institucionais” e uma evolução para a denominada “identidade delincente” (SILVA, 1997) por meio dos mecanismos de socialização que restringem espaços de escuta, compartilhamentos e desenvolvimento de potencialidades para o rompimento com a condição de “invisibilidade” e a construção de projetos de vida. (Castro; Abromovay, 2003 *apud* Soares, 2013, p. 45).

Nesse sentido, a passagem dos adolescentes pelas diversas instituições de acolhimento reflete a fragilidade dos mecanismos de proteção ao longo de suas vidas. Essa fragilidade, por sua vez, não se encontra somente no âmbito familiar, mas também e, sobretudo, nas instituições e políticas públicas que se propõem a cuidar desses sujeitos para que estejam protegidos dos contextos de privação e violência, uma vez que embora tenham esses objetivos, não são raras as vezes que reproduzem as mesmas situações de violência que resultaram no acolhimento, o que nos faz pensar que a opção pelos caminhos tortuosos da violência e penalização dirigidos a um recorte populacional específico não são por acaso, mas estão vinculados aos processos de produção da

marginalidade, que estão inscritos no modo de sociabilidade capitalista (Coimbra, 2001).

Outro aspecto que chama atenção é que grande parte das crianças institucionalizadas com as quais tomei contato, já passaram por várias instituições de acolhimento da cidade e no momento de inserção no CAPS, nos deparamos com falta de informações acerca da história de vida desses sujeitos. Esse aspecto nos salta aos olhos, pois ao não conhecerem a história daqueles que ali vivem, as chances de não respeitarem suas singularidades são grandes. Além disso, como será possível que realizem seu objetivo central de restabelecimento do convívio familiar e comunitário sem de fato conhecerem a história de vida de cada um deles?

Vivemos também experiências onde não só os serviços de acolhimento institucional não tinham muitas informações sobre o usuário, mas também o CAPS não tinha conhecimento suficiente sobre a história de vida de alguns deles e não as buscava em outros serviços para além dos abrigos, como em serviços comunitários, com o judiciário ou na família de origem, por exemplo. Não pretendemos dizer com isso, todavia, que devemos ir em busca de uma verdade sobre o sujeito e sua história, isso seria uma prática não emancipatória, mas sim colonizadora. Por outro lado, no entanto, pretendemos afirmar que conhecer a trajetória de vida do sujeito protagonista de nossas ações, tendo consciência de nosso lugar como potenciais agentes reprodutores da violência e procurando nos manter próximos de uma visão crítica sobre nossas práticas, é condição essencial para que o CAPS se configure cada vez mais como um lugar de produção de vida e emancipação humana e não para o apagamento desses sujeitos e reprodução de uma lógica violenta.

Também pudemos observar, que os profissionais do CAPS apresentaram dificuldades repetidas em acolher as demandas agressivas de algumas crianças e adolescentes institucionalizados. É preciso reconhecer que este é um ponto difícil, mas necessário de ser suportado pelos profissionais do CAPS. Assim, nos momentos de agressividade desses usuários o acolhimento se deu absorvendo a demanda trazida por eles e produzindo uma resposta agressiva por parte do próprio serviço de saúde mental. Nesse sentido, é preciso nos questionarmos: estamos reproduzindo a violência histórica vivida por esses sujeitos quando agimos assim?

Basaglia (1968), ao nos descrever sobre a experiência com a comunidade

terapêutica como alternativa aos hospícios, nos aponta a necessidade essencial de que mesmo a partir de movimentos que visem as reformas do modelo manicomial, é preciso que não tenhamos os serviços substitutivos como uma meta final, mas como uma fase transitória possível de evolução. É, pois, a partir do reconhecimento e discussão constantes das contradições da realidade posta e da diferença de forças de poder entre usuários, médicos, gestão, profissionais da enfermagem, psicólogos, terapeutas ocupacionais, profissionais responsáveis pela faxina e etc. - dentro dos serviços com modelos substitutivos (como é o caso do CAPS, por exemplo) - é onde se torna possível uma ação terapêutica recíproca. Assim, não pretendemos com este trabalho, e a partir de uma posição de residente que pode ser considerada “confortável”, apontar erros no serviço em questão. Pretendemos, ao contrário, esboçar uma reflexão sobre como as relações desiguais de poder – relações estas inerentes a qualquer contexto dentro do sistema sócio-político que vivemos – podem ser também fontes de reprodução da violência. A partir desse entendimento, acreditamos que promover discussões com os usuários onde seja possível colocar em pauta as relações desiguais de poder, pode ser uma prática que possibilite que o sujeito viva dialeticamente as contradições do real, o que é, por si só, um aspecto essencial de nosso trabalho terapêutico. Tomamos, assim, as palavras do autor supracitado em defesa desse posicionamento:

Se tais contradições, em vez de serem ignoradas ou programaticamente postergadas, na tentativa de criar um mundo ideal, forem enfrentadas dialeticamente, se os abusos cometidos por uns em detrimento de outros e a técnica do bode expiatório, em vez de serem vistos como inevitáveis, forem dialeticamente discutidos de maneira a permitir-nos que compreendamos as dinâmicas internas, então a comunidade tornar-se-á terapêutica. Mas a dialética somente existe quando se tem mais de uma possibilidade, quando existem alternativas. Se o doente não tem alternativas, se sua vida lhe aparece como preestabelecida, organizada, e sua participação pessoal consiste na adesão à ordem, sem outra saída possível, ver-se-á prisioneiro no território psiquiátrico da mesma maneira como estava aprisionado no mundo externo, cujas contradições não conseguia enfrentar dialeticamente. (Basaglia, 1968, p. 118).

Assim, é preciso considerar que qualquer ação que venhamos a desenvolver no trato com os usuários dos serviços de saúde mental continuará oscilando “entre a aceitação passiva e o rechaço da violência sobre a qual se funda nosso sistema sócio-político.” (Basaglia, 1968, p. 113). Queremos dizer também com isso, e a partir do que

já foi anteriormente exposto acerca do caráter do Estado, que não cremos que as violências reproduzidas dentro do CAPS em direção aos usuários se deem por uma culpa individual dos profissionais que ali se encontram. Pelo contrário, pensamos antes que, toda e qualquer intervenção junto a esses sujeitos está invariavelmente carregada de contradições e defendemos que é justamente o ato político de problematizar essas contradições para dentro do serviço e junto aos próprios usuários, onde se torna possível o ato terapêutico em si. (Basaglia, 1968).

Para além dos serviços de acolhimento institucional e do Centro de Atenção Psicossocial, outras faces da violência também puderam ser percebidas na experiência com a atenção básica de saúde. Assim, não foram raras as situações em que profissionais da saúde fizeram julgamento moral de usuários ou de famílias inteiras nomeando-os, por exemplo, de “encardidinhos” por comparecerem cheios de terra aos atendimentos devido às condições de moradia precária. Essa atitude julgadora sobre as crianças e suas famílias aparecia na forma como esses profissionais tratavam os usuários, de modo que a falta às consultas agendadas era mais regra do que exceção e, quando isso acontecia, a violência se repetia mais uma vez e as famílias, além de serem culpadas individualmente por não terem condições de moradia adequadas, também recebiam o status de negligentes por faltarem às consultas.

No caso de usuários de álcool e outras drogas, a atenção a saúde muitas vezes era negligenciada pelos profissionais do centro de saúde, uma vez que entendiam que aquele usuário era responsabilidade do CAPS, retirando-se quase completamente do cuidado. Além disso, em reuniões de equipe, onde eram discutidos esses casos, ficava nítido o julgamento moral em relação a esses usuários, que eram tidos como pessoas que não se esforçavam o suficiente para mudar, eram preguiçosos ou mesmo vagabundos por não manterem uma rotina de vida considerada “normal”. A meta da abstinência parecia ser a única possível para o tratamento e aqueles que não se enquadravam nesse modelo eram privados da atenção em saúde, sendo negligenciados inclusive em relação a quadros clínicos que poderiam não se relacionar diretamente com o uso de substância.

Nesses casos, o acesso ao CAPSad era muito dificultado, uma vez que a distância do território onde esses usuários viviam era grande, sendo o cuidado na atenção básica o mais viável. Assim, apesar de se sentirem julgados pela equipe do centro de saúde,

muitas vezes era inevitável procurar cuidados naquele espaço pela facilidade de acesso. Essa facilidade, no entanto, era apenas física, uma vez que ao chegarem intoxicados, era feita a exigência, por parte da equipe do centro de saúde, que ainda pegassem uma senha para esperar serem chamados até que pudessem passar em acolhimento, assim como todos os outros usuários que tinham organização suficiente para isso. Intoxicados e apressados por atendimento, muitos deles não conseguiam esperar e iam embora sem qualquer escuta sobre seu sofrimento.

Foi possível presenciar uma cena em que uma usuária de álcool chegou muito intoxicada pedindo cuidados aos profissionais do centro de saúde e depois de prescrito soro com algumas medicações, na sala de procedimentos, os profissionais responsáveis por medicar disseram que “essa daí eu não pego a veia”. Notamos, assim, que o objetivo central do centro de saúde, que é ofertar cuidados de saúde com facilidade de acesso no território onde as pessoas vivem, a partir dos princípios de equidade, universalidade e integralidade, se perde, nos fazendo questionar qual seria, então, o objetivo do trabalho dos profissionais da atenção básica?

Kaës (1987) nos aponta a importância da tarefa primária como aquilo que dá suporte para o sentido de existência da instituição, bem como estabelece o vínculo dos sujeitos entre si. Segundo Castanho (2018, p. 125), “boa parte das instituições do campo social e da saúde teriam sempre que se haver com aquilo cuja inscrição social é problemática e isso teria efeitos maiores sobre o contrato narcísico destes profissionais.” Assim, apesar do contrato narcísico ser essencial para a continuidade do trabalho, é um desafio mantê-lo em instituições de saúde, onde é preciso lidar com questões muitas vezes difíceis de serem elaboradas pelos próprios profissionais. Segundo os autores, as instituições cujo objetivo é o tratamento humano, a agressividade volta-se para dentro, ou seja, para os próprios usuários e profissionais dos serviços, tornando ainda mais desafiador manter o investimento na tarefa primária.

Levando em consideração as dificuldades do centro de saúde em promover atenção integral à população adscrita, podemos dizer que talvez esses entraves no desenvolvimento da tarefa primária estejam justamente na própria dificuldade em lidar com problemas humanos que são difíceis de serem inscritos simbolicamente pelos próprios profissionais da saúde, de modo que a burocratização na forma concreta da exigência de pegar senhas e filas para pessoas que sabidamente não vão esperar serem

chamadas, talvez diga respeito a uma forma de defesa dos profissionais para não entrarem em contato com aquilo que, para eles, pode ser difícil de ser elaborado psiquicamente.

Para além das tarefas primárias que ancoram a existência da instituição, há ainda as secundárias, que dizem respeito a sua própria manutenção. Nesse sentido, muitas vezes pode ocorrer a inversão das tarefas, de modo que o objetivo principal da instituição passa a ser sua própria manutenção (Bleger, 1991). Assim, percebemos que no centro de saúde a manutenção e aplicação de regras, que deveria ocupar o lugar da tarefa secundária, parece tomar o lugar da tarefa primária de atendimento à população.

Diante dessas questões, podemos dizer que tais usuários vão sendo desqualificados socialmente, de forma que a culpa individual pela condição de pobreza e o juízo depreciativo de si mesmos é internalizado, manifestando-se muito frequentemente pelo sentimento de vergonha de si, além do isolamento social, na medida em que, por mecanismos sutis, esses sujeitos são expulsos dos serviços de saúde, da escola, do trabalho a até mesmo da cidade, restando-lhes modos de sobrevivência precários e marginais.

## **5. Considerações finais:**

Este trabalho parte de experiências práticas que nos instigaram a debater as possibilidades de intervenções macro e micropolíticas sobre os determinantes da violência. Expusemos que o silêncio diante da mesma é devastador e que o ato clínico e político de resgatar a memória e ajudar a produzir narrativas sobre esses acontecimentos pode contribuir no que diz respeito ao aspecto micropolítico desse fenômeno, assim como também buscamos fazer a discussão sobre os determinantes sociais na produção e reprodução da violência.

Chamamos atenção para os processos de estigmatização e a naturalização da condição social de marginalizado, como mecanismos que contribuem para reforçar, expandir e reproduzir a violência e exclusão, atuando no sentido de gerar aceitação da desqualificação social, tanto na população de forma geral, quanto pela própria vítima excluída. O estigma, que pode ser entendido como o processo de qualificação e desqualificação do indivíduo dentro da lógica da exclusão (Goffman, 1963), atua não só para a manutenção da ordem dominante e das desigualdades sociais, mas também faz



com que os direitos sejam transformados em favores e as políticas públicas encaradas como assistencialismo, tanto para aqueles que as usufruem diretamente, como pelos próprios profissionais, que muitas vezes atuam como se estivessem fazendo caridade.

É preciso que se tenha em vista a desnaturalização de questões sociais como fator importante para instrumentalização de práticas no trato com os sujeitos vítimas de violência e marginalização.

Este trabalho também procurou se empenhar na defesa de que ações pontuais de alguns serviços ou alguns profissionais podem ter alguma relevância, mas “as causas estruturais que determinam as condições de pobreza dos sujeitos não são passíveis de serem enfrentadas por meio dessas ações” (Fávero, 2007, p. 191). Assim, o enfrentamento dessas questões depende de ações micropolíticas integradas a luta popular, medidas sociais e políticas públicas amplas. Caso contrário, corremos o risco de cair na lógica de caridade com que o assistencialismo se propõe a agir.

À guisa de conclusão, faz-se necessário ressaltar que os abismos sociais gerados pelo sistema econômico desigual vigente, tornam a vida digna, não a regra, mas a exceção no cotidiano da maior parte da população. Como diz Euzébio Filho (2011, p.128): “Incomuns são aqueles que vivem uma infância despreocupada com o trabalho, com a renda familiar. Incomum é a vida das pessoas que tiveram a oportunidade de passar sua infância sem se preocupar com a própria sobrevivência e a dos seus pares”. Por outro lado, é preciso considerar também que nem tudo é submissão e ainda que esses sujeitos se encontrem em uma situação vulnerável ao modo de vida capitalista, “não são reféns do meio em que vivem” (Euzébio Filho, 2011, p. 115) e sendo assim, a luta por direitos sociais pode ser uma via comum de resistência.

## 6. Referências bibliográficas

Basaglia, F. (1968). A instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico. Trad. Heloísa Jahn. Rio de Janeiro: Edições Graal. Coimbra, C. (2001). Operação Rio: o mito das classes perigosas. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, Intertexto.

Benghozi, P. (2010). Malhagem, filiação e afiliação – Psicanálise dos vínculos: Casal, família, grupo, instituição e campo social, Trad. E. D. Galery. São Paulo: Vetor.

Birman, J. (1994). Psicanálise, ciência e cultura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Bleger, J. (1991). O grupo como instituição e o grupo nas instituições. Em: A instituição e as instituições. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Castanho, P. (2018). Uma introdução psicanalítica ao trabalho com grupos em instituições. São Paulo: Linear.

Coimbra, C. (2000). Psicologia, Direitos Humanos e Neoliberalismo. Revista Psicologia Política, v. 1, n.1, p. 139-148.

Eizirick, C. L. (2006). Sobre a prevenção da transmissão transgeracional da guerra, do ódio e da violência: uma perspectiva psicanalítica. Psicanalítica – Vol. VII – número 1. Disponível em: < <http://sprj.org.br/site/>> acessado em: 12/10/2019.

Euzébios Filho, A. (2011). Psicologia e desigualdade social: um estudo sobre a consciência política de beneficiários de programas de transferência de renda. Curitiba: Juruá.

Euzébios Filho (2010). Sujeito e consciência: entre a alienação e a emancipação. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia do Centro de Ciências da Vida – PUCCampinas, SP.

Fávero, E. T. (2007). Questão Social e Perda do Poder Familiar. São Paulo, SP: Veras Editora

Goffman, E. (1963/2012). Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes, 4ª ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC.

\_\_\_\_\_. (1961/ 2013). Manicômios, prisões e conventos. Trad. Dante Moreira

Leite. 8 ed, São Paulo, SP: Perspectiva.

GUARESCHI, P. (1998). Ideologia. Em Jacques, M. G. C. et al. *Psicologia Social Contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 69- 82.

Guareschi, P. (2001). Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. Em B. Sawaia. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 141-156.

Kaës, R. et al. (1991). *A instituição e as instituições*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Lispector, C. (1998). *A Hora da Estrela*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco.

Onocko-Campos, R. (2018). Comportamento antissocial nos jovens como sequela da privação: contribuições da clínica winnicottiana para as políticas públicas. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*,22(67), 1091-1098. Epub June 21, 2018. Disponível: <https://dx.doi.org/10.1590/1807-57622017.0315>.

Onocko-Campos, R. (2014). Ideologia e subjetividade: a relação recalçada. Em: *Psicanálise e saúde coletiva: Interfaces*. 2 ed: São Paulo: Hucitec Editora. p. 39 – 56.

Sawaia, B. (2001). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Silva, M. C. P. . (2005). O fenômeno transgeracional ilustrado em três momentos da vida - na infância precoce, na adolescência e na vida adulta. In: Barone, L. M.C; Arruda, A. P de B; Augusto, J. Pereira; F.; Saddi L.; Freitas, S. R. M. S. (Org.). *A psicanálise e a clínica extensa - III Encontro Psicanalítico da Teoria dos Campos*. Escrito 1ed .São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 341-370.

Soares, S. M. G. de M. (2012). *Família – Abrigo – Rua: Construção de significados dos adolescentes nas passagens por contextos de desenvolvimento*. Tese de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Souza, M. L. R (2005). *Violência*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Véras, M. (2001). Exclusão social – um problema brasileiro de 500 anos (notas preliminares). Em B. Sawaia. (Org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e*

ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 27-52.

Zizek. S. (2014). Violência: seis reflexões laterais. Trad. Miguel Serras Pereira. 1. Ed. São Paulo: Boitempo.